

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026
(Dos Srs. Dimas Gadelha e Alexandre Lindenmeyer)

Requer a realização de audiência pública conjunta da CFFC e da CASP, com a participação do MGI, para debater ações destinadas à promoção de integridade, governança e transparência nas instituições e serviços públicos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 24, inciso VII, e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize audiência pública conjunta com a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP), com a participação de representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a fim de debater ações destinadas à promoção de integridade, governança e transparência nas instituições e serviços públicos.

JUSTIFICATIVA

Em fevereiro do corrente ano, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou resultado de pesquisa segundo a qual a confiança dos brasileiros em instituições e serviços públicos aumentou 12% entre 2022 e 2025, alcançando 38%, o maior crescimento registrado na América Latina e no Caribe no período. Intitulado “*OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions in Latin America and the Caribbean*”, o estudo revela que, em três anos, o Brasil passou de patamar próximo ou abaixo da média regional para nível de confiança institucional superior à média da América Latina. A pesquisa da OCDE ouviu amostra representativa de cerca de 2 mil cidadãos brasileiros, abrangendo todas as regiões do país e diferentes perfis socioeconômicos.

O levantamento avaliou aspectos de integridade pública, governança institucional, digitalização de serviços, acesso a programas e benefícios públicos, além do incremento na participação social e no controle social, entre outros. No resultado, destaca-se, entre os indicadores, a confiança no serviço público, que alcançou 42%, correspondendo a 10 pontos acima da média latino-americana. A pesquisa aponta avanços na percepção dos cidadãos sobre a qualidade dos serviços públicos administrativos, que, segundo a avaliação popular, atendem melhor à população – crescimento de 22% entre 2022 e 2025, chegando a 54%. A satisfação com a educação pública (45%) aumentou 15 pontos percentuais, sendo o maior avanço registrado entre os países da região, enquanto a satisfação com o Sistema Único de Saúde (SUS) resceu dez pontos (44%), posicionando o Brasil acima da média latino-



americana.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) desempenha papel estratégico nesse contexto, destacando-se a implementação do Pró-Integridade, programa de integridade instituído pela Portaria MGI Nº 6.725/ 2024 – em conformidade com o Decreto nº 9.203/2017 – e de forma sistêmica e coordenada com o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (SITAI).

Com o objetivo de conhecer as medidas adotadas no âmbito do Pró-Integridade que contribuíram para os resultados apurados pela recente pesquisa divulgada pela OCDE, bem como compreender os desafios novos e remanescentes do programa, proponho convidar representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para debater, em audiência pública conjunta com a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP), ações destinadas à promoção de integridade, governança e transparência nas instituições e serviços públicos.

Conto com o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em 11 de março de 2026.

Deputado Dimas Gadelha
(PT/RJ)

Deputado Alexandre Lindenmeyer
(PT-RS)





Requerimento

Deputado(s)

- 1 Dep. Dimas Gadelha (PT/RJ) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Alexandre Lindenmeyer (PT/RS)

